

O Criador Refém da Criatura – Morte Sem Ressureição de um Personagem Político¹

AUTOR: Carla de Fátima Borba de Sousa

INSTITUIÇÃO: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Facisa

RESUMO:

Refletir sobre o entrelaçamento entre mídia, política e cotidiano a partir da experiência das eleições municipais em Campina Grande, na Paraíba. Este é o objeto deste trabalho, que iluminado por leituras sociológicas, antropológicas e da comunicação, busca entender o alcance do poder da mídia na definição das escolhas políticas, ao mesmo tempo que relativiza esse poder, na medida em que olha o cidadão como aquele que não abre mão de um valor se esse valor não entrou em desuso, apenas porque a mídia impôs. Nesse sentido, a cultura e a mídia são pensados como processos simultâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia, Política e Cotidiano.

1 Trabalho Apresentado ao GT ABRAPCORP 6 - Comunicação pública, governamental e política do III ABRAPCORP 2009, congresso celebrado no 28, 29 e 30 de abril de 2009, em São Paulo (SP).

Cotidiano, mídia e política estão entrelaçados num mesmo contexto social, alimentando-se mutuamente. Sem pesos e medidas diferenciados, apenas um ou outro ganha maior destaque em momentos e circunstâncias próprias a cada um desses elementos. Mas, cabe não isolá-los enquanto fator monocausal de determinadas consequências sociopolíticas. Nesse sentido, este artigo busca através de uma correlação entre mídia, política e cotidiano, discutir a trajetória política feminina em Campina Grande, especificamente se ocupando do caso Cozete Barbosa, no recorte temporal que privilegia a campanha para reeleição da então prefeita de Campina Grande, no ano de 2004.

Para buscar entender o resultado no qual os eleitores não a credenciaram para se manter administrando a cidade é preciso se utilizar de dados que pensamos poder contribuir nessa análise. Um deles faz referência à personagem política construída por Cozete Barbosa, a partir da década de 80. Uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em Campina Grande, Cozete teve como eixo para visibilidade de ações na esfera pública, o trabalho sindical voltado para a categoria do serviço público municipal e como lembra Karina Kuschnir “Estudos a esse respeito mostram que grande parte dos parlamentares eleitos tem alguma passagem por cargo político, participação em sindicatos ou associações de caráter político, ou laços familiares com outros parlamentares e ocupantes de cargos públicos.” (Kuschnir, 2000: 56).

Com Cozete não foi diferente. Foi a partir do trabalho sindical que ela alcançou o cargo de parlamentar. A ação e o discurso que a conduziram a Câmara de Vereadores na década de 90 formaram no imaginário de seus eleitores a imagem da mulher combativa, com trabalho de oposição contínuo dentro e fora do âmbito parlamentar. Essa, pode-se dizer, era a marca da sindicalista e política Cozete Barbosa. Foi no que se cristalizou a sua identidade pública no início da carreira. Como lembra Schawartzberg (1977, 12) “a imagem serve, portanto, de rótulo. Indica as características reais ou supostas as performances deste ou daquele “produto” ou “marca” políticos.”

Uma vez estabelecido o rótulo, o personagem político acaba se transformando refém da criatura que construiu, como argumenta Schawartzberg (1977, 13) “[...] o importante é se manter fiel à imagem que se criou para si mesmo. Resultado: muitos dirigentes são prisioneiros de sua própria imagem. Não podem mudar. São forçados a permanecer no papel que atribuíram a si mesmos.”

Nesse sentido, a imagem da combativa Cozete se desencontrou da figura política circunstancial no momento em que a então vereadora petista, eleita por jornalistas

políticos locais como vereadora do ano, apontada como uma das mais atuantes no parlamento municipal, defensora de lutas em prol das minorias, dos direitos humanos e dos servidores públicos, resolve em nome do que chamou de coalizão de forças, formar no ano 2000, uma aliança com quem representava até então a figura do principal adversário de idéias, ações e projetos políticos, o então ocupante do poder executivo no município de Campina Grande, o tucano Cássio Cunha Lima.

A mulher combativa deu lugar a uma figura apática que não conseguia casar o discurso que estava habituada a proferir com o papel que ora lhe cabia, o de personagem ocupante do cargo de vice-prefeita sem maiores atribuições e representatividades, num mero segundo plano. Um cargo que exerceu durante dois anos consecutivos (2001-2002) a partir de uma decisão que não foi consensual dentro do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande. Para parte do PT local o partido teria condições de ao invés de unir forças com o adversário, o PSDB, vencê-lo numa coalizão das oposições.

Na avaliação de Cozete e de seu grupo, com o aval da cúpula partidária nacional, valia o sacrifício da perda da identidade em nome de um governo de dois anos (2003-2004) com probabilidade de se estender por mais quatro anos, num projeto de reeleição.

Como herdou uma administração de um “companheiro” circunstancial, a Cozete não cabia o discurso das denúncias contra a gestão anterior, tão comum em época de campanha e no início de governo com nova administração, como frisa Barreira (1998: 20).

Assim, o que parecia oculto pelos acordos tácitos e acertos da vida cotidiana assumia, no âmbito das campanhas, a síndrome da visibilidade; denúncias sobre as gestões anteriores, sobre arranjos partidários que feriam princípios democráticos, além de boatos de diversas ordens, que GIRARDET (1987) nomeou de imaginário mítico da conspiração.

Com a idéia da reeleição já configurada desde o início da sua própria administração, Cozete queria em dois anos mostrar que poderia fazer diferente, sem poder dizer que fazia melhor e adotou como slogan “Um jeito novo de cuidar das pessoas”. O destaque foi para o novo, não melhor ou pior, apenas novo. Era o máximo que podia afrontar em relação ao governo anterior, cujo responsável era seu aliado e então gestor estadual.

Mas, nem tudo era novo nessa administração, especialmente no que se referia ao corpo de auxiliares. O prefeito eleito saiu para a candidatura a governador do Estado, mas deixou boa parte dos auxiliares ainda integrando a gestão de Cozete Barbosa, inclusive a agência que cuidava da mídia institucional era a mesma que fez as campanhas políticas de Cássio Cunha Lima e integrou suas gestões.

No primeiro ano do próprio governo, Cozete viveu uma “lua-de-mel” com o governo estadual. O tão necessário acesso ou trânsito livre entre o gestor municipal e o gestor estadual estava posto, sem dificuldades; ao contrário, afinal eram aliados. Uma parceria que aos olhos dos munícipes era positiva para a cidade e serviu como pano de fundo para o estabelecimento da diferença entre a gestão do governo estadual de Cássio Cunha Lima e do governo anterior, José Maranhão postas dicotomicamente como o que ama Campina e a que odeia a cidade.

Ao final do primeiro ano da gestão petista a avaliação é positiva e os elogios são mútuos entre os gestores do Estado e do município de Campina Grande. Já no início do segundo ano do governo de Cozete, portanto, ano de eleições municipais, e decisivo para o PT que apostou numa aliança como vice no pleito anterior, a parceria já dava sinais de desgaste, um desgaste captado e realimentado também no cenário midiático.

A MÍDIA E AS CIRCUNSTÂNCIAS

A política não é feita na última hora, mas construída no cotidiano e especialmente em ano de eleição a mídia explora bem essa máxima. Presente no cotidiano da política, a mídia o reconstrói e o reapresenta de tal forma que acaba também se transformando em um ator deste cenário. “Para Landi, a mídia emerge, portanto, como lugar e ator da política” (Apud Rubin, 2000: 54).

Um ator com papel que não é apenas de um coadjuvante, considerando que vivemos numa época em que quase todas as nossas práticas são perpassadas pelos meios de comunicação. “[...] pode-se propor que se compreenda contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira “Idade Mídia” [...]” (RUBIM,2000:29).

Entretanto, não cabe uma supervalorização da mídia, numa defesa de que ela seria determinista no cenário do cotidiano político. É sim um instrumento cultural que extrapola a esfera da informação, mas sem dominar a política. Ao mesmo tempo, é importante frisar que não é possível mais pensar a política sem a mídia, até porque

juntas construíram uma nova forma societária de sociabilidade. Na sociedade do espetáculo a mídia vem potencializar as cenas construídas no âmbito da cultura.

E a política descobriu na mídia o instrumento para geração de capital simbólico. “Na sociedade da comunicação e da informação generalizadas, a realidade tende cada vez mais a se confundir com o conjunto das imagens e dos comentários, das análises e das interpretações, não raro das recriações e das construções que as mídias transmitem [...]” (SANTOS in NETO&PINTO, 1996: 134).

Nesse sentido, vamos buscar rememorar as construções midiáticas acerca da identidade da mulher pública Cozete Barbosa. Essas construções, apoiadas na personagem construída pela própria Cozete foram iniciadas ainda durante a sua atuação enquanto sindicalista. A mídia contribuiu na formação do imaginário popular sobre a figura da Cozete Barbosa combativa, o que não significa que houvesse nessa construção midiática uma defesa desse papel da líder sindical, apresentada muitas vezes como radical e depois como vereadora de oposição atuante.

No papel social de prefeita da cidade há duas identidades de destaque apresentadas pela mídia sobre a petista Cozete, em momentos diferentes. Sem deixar de ser fiel a sua ambigüidade, a mídia com sua visão de mundo fragmentada, arbitrária e atemporal, constrói versões sobre o governo e a gestora municipal de acordo com conveniências políticas do que era julgado interessante publicizar ou omitir e tudo com o crédito de uma instituição que diz apenas refletir a realidade.

O mundo nos é apresentado, a nós, público cidadão sem que se possa distinguir a realidade da ficção: é apresentada uma espécie de verdade verossímil, que faz “fundirem-se” os dados da ficção na ilusão do autêntico” por meio de uma narrativa que “constrói seu próprio ideal, fazendo comércio de nossos imaginários” (CHARAUDEAU, 2006: 285)

Ainda no início do segundo ano do governo Cozete Barbosa, com a sobrevivência da aliança entre o PT e o PSDB a mídia local apresentava o governo petista como sendo positivo para a cidade, destacando inclusive o aval do governador, satisfeito com a administração no seu reduto eleitoral. Havia também uma ênfase nos frutos da parceria entre o governo municipal e estadual para a cidade de Campina Grande. Estava em jogo aí o acesso da gestora municipal ao governo estadual, o que poderia ser traduzido como benefícios para a cidade.

Em primeiro de janeiro de 2004 o Jornal da Paraíba traz uma matéria em que trata desta questão.:

Para a prefeita Cozete Barbosa (PT), a parceria que voltou a ser firmada entre a Prefeitura de Campina Grande e o governo do Estado, ao longo do ano, foi extremamente proveitosa e produtiva. “O governador Cássio Cunha Lima não poupou esforços para fazer sempre mais pelo município, assim como tem feito em relação a todo o Estado da Paraíba”, registrou ela. (JORNAL DA PARAÍBA, 1º de janeiro de 2004)

No mesmo mês o Jornal traz como manchete de uma edição de domingo a aprovação de quase 80% da gestora petista. Dizia a manchete: “Com 78% de aprovação, Cozete anuncia combate à violência – Prefeita revela opção pelos investimentos na área de inclusão digital para lançar desafio aos jovens.”. A imagem é a melhor possível para quem tem projetos de no mesmo ano se candidatar à reeleição. Enquanto construtora de sentido, a mídia estava construindo a idéia de que o governo de Cozete Barbosa era um governo favorável à cidade. Mas, o fato de construir sentido não garante a mídia o poder de manipulação do imaginário da população, mais ainda se esse sentido não é repetido exaustivamente ao ponto de ser confundido com a verdade.

A percepção ou o olhar positivo da mídia sobre a gestão de Cozete não passou do primeiro trimestre de 2004. Com o fim da aliança entre o PT e o PSDB, previamente rumorizada na imprensa, o discurso midiático sobre a gestão petista muda radicalmente. E a versão apresentada pela mídia para o rompimento, aponta Cozete como responsável pelo fim da parceria.

Na edição do dia 21 de abril de 2004 o Jornal da Paraíba publica na coluna política de Giovanni Meireles a seguinte nota: “Cozete atirou 1º, a pedra no PSDB”. A nota aponta Cozete como responsável pelo rompimento a partir do momento em que, enquanto chefe do executivo, resolve demitir de uma das autarquias do município o presidente do PSDB. Textualmente o colunista faz questão de frisar que Cozete deve o cargo ao ex-prefeito Cássio Cunha Lima, sugerindo a ingratidão da petista com este momento de independência. Embora, a leitura na base petista local se desse no sentido de considerar o contrário, atribuindo a Cozete um peso significativo para a vitória das eleições municipal e estadual, o que significa que quem deveria ser agradecido era Cássio.

Inicia-se, então, a construção midiática de uma nova identidade da prefeita Cozete Barbosa, no início desse processo de rompimento apresentada nas entrelinhas

como ingrata e infiel. Ao mesmo tempo também é iniciado um processo de comparação entre o gestor Cássio Cunha Lima e a gestora Cozete Barbosa. Embora houvesse um contexto apontado por Cozete para o afastamento do presidente do PSDB do governo, justificado a época, na leitura petista, por um proposital interesse em boicotar as ações administrativas do PT, Cássio vai aparecer como o apaziguador, o que não quer briga, o traído, o decepcionado com a atitude de desrespeito à aliança com a demissão do presidente do seu partido e usa a mídia como instrumento para publicizar essa versão.

Um ato vale politicamente não só pelo efeito induzido nas suas circunstâncias convencionadas, mas primordialmente pelas repercussões que produz à distância na realidade-mundo, através da mediação operada pela comunicação midiática. Em outras palavras: ele vale, em boa medida, pelo “efeito mídia” que se consegue “introduzir” no ato político. Diferente do ato político moderno produzido para repercutir na rua, o ato político sintonizado com a contemporaneidade, como sociabilidade compósita, deve ser produzido para repercutir na rua e na tela, na realidade contígua e na telerrealidade. (RUBIM, 2000: 58)

Três dias após a oficialização midiática do rompimento da aliança o PSDB, mais precisamente, o então governador Cássio Cunha Lima, anuncia o candidato a prefeito do Partido, o deputado Rômulo Gouveia.

Surge definitivamente uma outra Cozete Barbosa na mídia local. A administradora competente com quase 80% de aprovação dá lugar a representação do perigo para a cidade. Na sociedade que tem o medo como grande mercadoria que a informação midiática embrulha em formatos narrativos para ser exibida no cotidiano, Cozete passa a personificar esse medo.

No dia 11 de maio de 2004 o jornal publica uma matéria com o seguinte título: “Fábio preocupado com organização do São João”. A matéria abre espaço para o então deputado estadual Fábio Nogueira, ex-secretário de Turismo de Campina Grande, avaliar como a atual gestão independente, que já havia feito o São João do ano anterior, estava preparando a festa no ano do rompimento partidário e ano de eleições municipais. Na avaliação do deputado era preocupante o ritmo dos trabalhos e também a exoneração de pessoal (cargo comissionado) nomeado na gestão anterior, porque segundo ele, eram peças importantes na formatação do evento. No trecho final da matéria o deputado diz: “Faço esse alerta porque tenho a consciência de que o evento é uma festa do povo de Campina, da Paraíba, de projeção nacional, não pertencendo,

portanto, a nenhum grupo político ou segmento político”.(Jornal da Paraíba, 11 de maio de 2004)

Começa a aparecer a figura da Cozete incompetente que não está preocupada com a cidade, mas com coisas menores, com sentimentos mesquinhos e vingativos. Um procedimento habitual na política que é o de montar uma equipe com relativa confiança, passa a ser considerado e publicizado como perseguição. E mais, um símbolo da cidade, a festa junina, é apresentada como ameaçado pela incompetência da gestão. Vai se construindo a idéia do estrago que a administração petista independente pode causar a cidade.

[...] essas representações do mundo social são – e este é o fator mais relevante – ativas. Nós agimos no mundo de acordo com o que sabemos dele, isto é, de acordo com a maneira como o vemos. A conservação ou a transformação da sociedade dependem, em grande parte dessas representações. E elas são cada vez mais disseminadas pela mídia.(MIGUEL in AVELAR & CINTRA, 2007: 404)

Outra imagem forte acerca da administradora Cozete divulgada pela mídia foi a de desequilibrada. A cada manifestação pública discursiva sobre a relação com o governo do estado vinha a resposta em tom próprio de quem está acima de qualquer ataque, o que acabava desqualificando o discurso de Cozete como sendo originado de alguém que não está em seu estado normal. Nesse sentido, vale lembrar (WEBER in NETO&PINTO, 1996: 11) quando afirma “Fazer política é dizer bem, dizer em parte, dizer mal, dizer estrategicamente. Os dizeres bem ditos e mal ditos constituem paisagens para as disputas entre eleições, mídias e cidadãos.” A autora ainda ressalta:

Na política, o equilíbrio desejado está no modo de planejar, introduzir e controlar a imagem, palavras, sons e o candidato. Porque uma das formas de fornecer argumentos ao receptor é chamá-lo como testemunha virtual e defensor, submetendo-lhe a prova, aquilo que ele vê. (WEBER in NETO&PINTO, 1996: 19)

No dia 25 de maio de 2004, o Jornal da Paraíba publica em uma coluna política uma nota em que o governador diz ter ocupações com o Estado que não permitem trocar agressões com a prefeita.

“Não vou de forma nenhuma, polemizar com a petista, até porque tenho a exata consciência da responsabilidade que possuo como governador. Acima de qualquer divergência que eu possa ter com Cozete, estará

sempre o interesse coletivo, da cidade. Eu quero manter o relacionamento administrativo com a prefeitura, que é importante para a cidade”, argumentou. (Jornal da Paraíba, 25 de maio de 2004)

A idéia é mostrar que nada vai mudar a atenção do governo estadual em relação a Campina Grande. Um discurso que vai na contramão do que argumentava Cozete. Ora, se no começo da aliança a lógica da união era baseada nos benefícios para a cidade, como com o rompimento a relação em prol de Campina não será alterada? Como lembra Karina Kuschnir (2000:88) “Os acessos não podem ser comprados. Precisam ser conquistados através de um mandato e das alianças que o envolvem.”

Nesse sentido, o fim da aliança representou o fim do acesso. E a mídia que não é apartidária tomou partido nessa separação e não ficou do lado do PT, que nacionalmente enfrentava a crise do mensalão e tinha sua identidade de incorruptível desmontada, afetando também o cenário local.

Existe uma identidade comum – ser político – que extrapola qualquer outra: bastou ser político para ser mentiroso, prometer e não cumprir, entrar lá e esquecer tudo, independente do partido político ao qual pertença. (MAGALHÃES, 1998: 47).

A imagem de Cozete na mídia vai então de líder combativa a administradora incompetente e traidora, não apenas no aspecto da aliança política, mas também no que se refere à categoria que a ajudou a transformá-la em liderança política, no caso, os servidores municipais. Os quais, no final do seu governo sofreram com atrasos na folha de pagamento. Ironicamente, a categoria pela qual ela sempre lutou, foi penalizada no seu governo num aspecto sagrado ao trabalhador : o pagamento do salário em dia. Como constatou a antropóloga Nara Magalhães sobre o imaginário do eleitor acerca dos políticos “o lugar do poder é um lugar solitário, de traição aos amigos, de sentimentos mesquinhos, como a vaidade. Quer dizer: até mesmo uma pessoa boníssima, em contato com o poder pode se transformar, e mesmo sendo um trabalhador.” (1998:46)

E de que forma esse imaginário formado no cotidiano, no bojo da cultura e ressaltado na mídia foi expressado nas urnas das eleições municipais em 2004, no que se refere a candidatura a reeleição de Cozete Barbosa?

A CANDIDATA COZETE

A gestora municipal e a candidata dividiram o mesmo tempo e o mesmo espaço durante a campanha de 2004. Candidata à reeleição sem o apoio do governo estadual, Cozete Barbosa acabou tendo como principal adversário na campanha municipal o governador do Estado, Cássio Cunha Lima. Na polarização com o PMDB, ela representando o PT também não tinha chances de aliança porque o PMDB tinha candidatura própria. Estava sozinha.

De acordo com o estudo de Karina Kuschnir sobre o Cotidiano da Política o sucesso na carreira política depende tanto de um apadrinhamento quanto de uma fidelidade partidária. Cozete tinha problemas dos dois lados.

A necessidade de um “patrono” para se ter acesso à esfera da política institucional é apontada como uma característica das carreiras políticas no Brasil. Por outro lado, algumas análises apontam o crescimento da influência das estruturas partidárias nesse contexto. A fidelidade ao partido tenderia a resultar em maiores chances de concorrer a um cargo eletivo, assim como de ter êxito a eleição. (Kuschnir, 2000:55)

O PT atravessava problemas no cenário nacional com o escândalo do mensalão, e não podia naquele momento ter a imagem explorada positivamente durante a campanha. Internamente, o partido não tinha um consenso sobre o futuro político local. O próprio partido era um problema para a administração de Cozete, inclusive no Poder Legislativo.

Embora durante a sua atuação como vereadora e também como gestora pública Cozete tenha dedicado uma atenção especial às mulheres, o que durante o governo foi materializado com um projeto de educação e geração de emprego e renda para mulheres, o projeto Digna; não foi este o foco dado por Cozete durante a campanha a reeleição. Até porque ela já era prefeita e nesse sentido governava para todos os municípios, independente do gênero.

Cozete também estava impossibilitada de utilizar um argumento comum nas campanhas femininas: o da falta de experiência. “A inexperiência pode, assim, tornar-se virtude na medida em que a não entrada na política permitiria a guarda de uma integridade. As mulheres aparecem, assim, como guardiãs ou reservatórios de uma moral coletiva.” (BARREIRA,1998: 106).

A candidata já tinha a experiência da administração pública que a mídia no momento mais próximo da eleição apontou como sendo desastrosa. Outro impedimento no seu discurso era o de ressaltar a identidade de combativa. A crise de identidade bateu

à porta. Esta identidade antiga foi trocada pela da submissão em nome do cargo de vice-prefeita. Como trazê-la de volta? Como reencenar o personagem e não confundir a cabeça do eleitor? Como trazer de volta a antiga “companheira” combativa tendo ao mesmo tempo que seguir a cartilha nacional do PT de “Lulinha paz e amor”, sem agressões verbais aos adversários e seus projetos políticos?

Mas, Cozete, como outras mulheres que ingressam na política, ainda se utilizou do esquema das campanhas femininas e buscou referencia no passado. “Ser ‘guerreira’, ser de ‘luta’ e ‘ter dedicado parte da vida à luta pela justiça’ constituem símbolos de credibilidade, difundidos como espécies de passaporte para a vida política.” (BARREIRA, 1998: 139).

Um grande argumento contra a candidatura da petista era exatamente o mesmo motivo que ela utilizou como justificativa na formação da aliança partidária: o acesso ao governo do Estado, a parceria que beneficiaria a cidade. Cozete acabou refém duas vezes da mesma lógica. O que não atingiu o candidato do PMDB, declarado opositor ao governo do Estado e vitorioso ao final do processo eleitoral.

Na compreensão de que “O povo sabe votar”, como defende a antropóloga Nara Magalhães (1998), a lógica desse voto foi também construída sob a idéia de que “[...] quem merece o voto é quem tem condições de fazer alguma coisa [...]” (MAGALHÃES, 1998: 47). Na interpretação do eleitor campinense Cozete não encarnava essa figura. Para a parcela da população que se identificava com as administrações anteriores ela não era a representante desse modelo e o rompimento partidário tratou de deixar isso claro. E para a parcela dos eleitores que queria mudança Cozete também não era a melhor intérprete para esse papel. O passado da petista a denunciava como parceira do que eles queriam negar.

[...] ao contrário do que muita gente pensa, o povo sabe votar. Ele pode não votar de acordo com o que os políticos, os militantes e os intelectuais imaginam que ele devesse votar. Mas, ele faz escolhas de acordo com sua própria lógica e interesse. (MAGALHÃES, 1998: 10)

A negação popular ainda no primeiro turno fez a petista apoiar a candidatura de quem naquela circunstancia representava a oportunidade de medição de forças com o governador do Estado, ex-aliado e novamente inimigo político da petista. A Cozete restou mostrar que tinha peso político para contribuir com a eleição do adversário que ameaçava o grupo de Cássio Cunha Lima de perder o controle político da cidade.

Novamente um papel de coadjuvante, mas que teve um reflexo importante na reversão de votos para o prefeito eleito.

Julgada pela mídia, julgada nas urnas, no partido e na justiça, Cozete perdeu efetivamente as eleições, mas saiu do pleito ainda como vitoriosa, por contribuir para a eleição do prefeito que simbolizava o que ela quis representar no final do seu governo, com o fim da aliança.

Mas, o resultado do primeiro turno das eleições reflete como mídia, política e cotidiano estão relacionados e não se dissociam. O cidadão não abre mão de um valor se esse valor não entrou em desuso, apenas porque a mídia impôs. A cultura e a mídia são processos que devem ser pensados como simultâneos e a construção de sentidos feita pela mídia não implica em dominação, este é um efeito que depende da consonância da cultura, construída no cotidiano; como também no cotidiano é construído o processo de negociação da política.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. 2ª edição, São Paulo, Editora Unesp, 2007.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Chuva de Papéis – Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo, Contexto, m2006.

KUSCHINER, Karina. O cotidiano da Política. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

NETO, Antonio Fausto & PINTO, Milton José (org.) O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro, Diadorim, 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação & Política. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado Espetáculo. Rio de Janeiro, Difel, 1978.